

A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx

Marcelo Dias Carcanholo*

Resumo: o objetivo deste artigo é ressaltar a relevância teórica da categoria valor de uso na teoria de Marx. Este conceito é entendido em sua significação econômica que aparece na relação com as condições sociais de produção, tanto quando é influenciado por elas, como quando influi nessas condições. Neste sentido, chama-se de formal ao valor de uso que não restringe o seu significado às propriedades materiais da mercadoria. Sua importância pode ser percebida pelo fato de ele ser o responsável pelas especificidades do que se chama de mercadorias especiais.

Summary: the objective of this article is to highlight the theoretical relevance of the category of use value in Marx's theory. This concept is understood here in its economic significance that appears in its relationship with the social conditions of production, as when it is influenced by them, as well as when they influence these conditions. In this sense, we call formal the use value that does not restrict its meaning to the material properties of the commodity. Its importance can be perceived by the fact of its being the responsible for the specificities of what is called special commodities.

1. Introdução

É amplamente conhecido o fato de que o objeto de estudo de Karl Marx em *O Capital* é o modo de produção capitalista¹. Para iniciar essa investigação não há

* Mestre em Ciências Econômicas pela UFF e Professor do Departamento de Economia da UFU.

alternativa a não ser observar esse objeto e perceber as características daquilo que é mais aparente nesse modo de produção, a mercadoria. Entretanto, ele não faz isto eliminando as determinações históricas desta última; pelo contrário, está preocupado em investigar a mercadoria enquanto forma capitalista de uma categoria mais geral, a riqueza. Esta não se refere a nenhum tipo de sociedade em particular. Já, a mercadoria, ou a riqueza na economia mercantil e, em específico, na economia mercantil-capitalista, é uma categoria com uma determinação histórica, e é assim que deve ser entendida.

2. Mercadoria como unidade entre valor e valor de uso

A observação dessa forma elementar do modo de produção capitalista permite identificá-la por possuir duas características. Inicialmente, a mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias². A essa característica chamou-se valor de troca.

Então, a mercadoria pode ser definida como uma riqueza, mercantil, que possui valor de uso e valor de troca, *ao mesmo tempo*. Um produto (riqueza) que deixar de possuir alguma dessas duas propriedades não é uma mercadoria. Qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer necessidades, mas não tenha a propriedade de ser trocado por outro, não pode ser levado ao mercado para a troca, não é um elemento constitutivo de uma economia mercantil, embora até possa coexistir com ela. Logo, não

¹Isto apesar de autores, como Braudel, afirmarem que “muito naturalmente, a palavra que Marx não utilizou (capitalismo - MDC) incorpora-se ao modelo marxista ... para designar as grandes etapas distinguidas pelo autor do *Capital*.”(Braudel, 1996, p. 206). Evidentemente a discussão sobre a terminologia utilizada por Marx é a menos relevante. O que importa é que, nessa obra, Marx se propõe a investigar a forma *capitalista* de produção.

²Note-se, portanto, que não faz sentido tratar a mercadoria como uma categoria a-histórica. Em uma economia de subsistência, por exemplo, a riqueza não tem essa propriedade, pois é produzida para o consumo direto de seu produtor; conseqüentemente não pode ser considerada mercadoria.

é uma mercadoria. De outro lado, é difícil pensar em um produto que não tenha valor de uso e possua valor de troca, já que nenhum produtor desejará comprar, pagando por isso algo correspondente a um valor de troca, se a mercadoria em questão não satisfizer suas necessidades, isto é, nenhum produtor troca uma mercadoria sem reconhecer na mercadoria alheia um valor de uso. Trata-se de uma pré-condição para a troca.

Desta maneira, pode-se definir a mercadoria como a unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca. Deve-se salientar que o valor de uso é uma propriedade da riqueza independente de sua forma histórica. Não importa qual seja o modo de produção; o homem produz riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). Isto permite a Marx afirmar que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.”(Marx, 1988, vol.I, p.46). Já o valor de troca tem sua determinação histórica (mercantil) bastante clara, como visto acima.

A análise de Marx continua sem alternativa. Neste momento, deve-se observar esses dois aspectos da mercadoria. Ao observar o valor de troca de uma mercadoria A qualquer percebe-se que a unidades dessa mercadoria podem ser trocadas por b da mercadoria B, c da mercadoria C, d da mercadoria D, e assim por diante, dependendo de quantas mercadorias são trocadas pela mercadoria A. Em termos esquemáticos, tem-se:

$$\begin{aligned} a \text{ unidades de A} &= b \text{ unidades de B} \\ & c \text{ unidades de C} \\ & d \text{ unidades de D} \end{aligned}$$

O que se pode concluir dessa observação? Em primeiro lugar, nota-se que um valor de troca representa “... a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie ...”(Marx, 1988, vol.I, p.46), isto é, que a unidades de A *equivalem* a b unidade de B, c unidades de C, d unidades de D, e assim por diante³. O valor de troca de uma mercadoria só se define na

³Essa relação de equivalência não é estipulada por Marx, como afirma Torres (1979, p.51-52). A troca de equivalentes não é uma hipótese simplificadora da teoria de Marx, mas

relação desta com outra. Isso permite caracterizá-lo como algo puramente *relativo*. Em segundo lugar, essa relação “muda constantemente no tempo e no espaço.”(Marx, 1988, vol.I, p. 46). A mesma relação de troca da mercadoria A, seguindo o exemplo, com a mercadoria B, pode variar de acordo com o período em que se observe a troca. O valor de troca a unidades de A equívalem a b unidades de B, observado no período t_1 , não será o mesmo em t_2 , nem tampouco o foi em t_0 , ou pelo menos não há nada que garanta isso. Para complicar ainda mais a situação, essa mesma relação de troca A por B, em um mesmo período t_0 , apresenta distintos valores de troca nos mais variados mercados, o que dá ao valor de troca um caráter meramente *casual*.

Relatividade e casualidade são as duas características do valor de troca. Ora, existe algum sentido em procurar alguma explicação científica para o valor de troca de uma mercadoria, se ele não se encontra nela mesma ou, como diz Marx, se ele não é imanente a ela, mas na relação entre as mercadorias na troca? E mais, faz sentido encontrar explicação para algo que parece não ser a regra de funcionamento do sistema, que se reduz a uma mera casualidade? Duas alternativas são colocadas. Abandona-se a tentativa de entendimento do fenômeno, ou então aceita-se a proposta de Marx: “Observemos a coisa (troca - MDC) mais de perto.”(Marx, 1988, vol.I, p.46).

Ao observar melhor o valor de troca, Marx percebe que, dado o valor de troca da mercadoria A, o valor de troca tanto de B, quanto de C e D, estaria determinado pela relação de equivalência que existe entre as mercadorias e, portanto, eles não seriam casuais. A casualidade característica do valor de troca é aparente. Mas, o que faz com

característica do funcionamento de uma economia mercantil. Nesta, são trocados valores de uso distintos por valores de troca equivalentes. Isto não quer dizer que as mercadorias serão trocadas por equivalentes em todos os momentos, mas que esse critério funciona como uma tendência na economia mercantil. Acreditar, como Torres (1979, p.53) que as mercadorias são vendidas pelos seus valores - pelo postulado do equilíbrio segundo os seus termos - é acreditar que a teoria do valor se resume ao Livro I de *O Capital*, onde realmente isso é suposto. Como diz Marx: “A suposição de que as mercadorias das diversas esferas da produção se vendem por seus valores só significa, naturalmente, que seu valor é o centro de gravitação em torno do qual giram seus preços...”(Marx, 1988, vol. IV, p. 131). Sobre a incompatibilidade de qualquer noção de equilíbrio com a teoria de Marx ver Shaikh (1991, p. 79-89).

que todas essas mercadorias possuam essa relação de equivalência? Certamente é alguma propriedade da mercadoria A. Essa propriedade é algo intrínseco à mercadoria A, embora sua forma de expressão (manifestação), o valor de troca, seja relativa. Essa propriedade que é imanente à mercadoria A denomina-se valor. Ressalte-se que a casualidade da troca fica restrita às considerações do valor de troca, daquilo que é aparente. Uma vez descoberto o valor como regulador das trocas a aparente casualidade do valor de troca desaparece, embora este continue sendo relativo. É pelo fato do valor de troca ser uma categoria da aparência e o valor pertencer àquilo que é essencial na relação é que Marx conclui que “o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível.”(Marx, 1988, vol.I, p.46).

Mesmo sendo a forma de expressão do valor, o valor de troca não o expressa verdadeiramente em termos quantitativos. Se a magnitude do valor da mercadoria B for alterada a sua relação de troca com a mercadoria A também o será. O valor de troca de A em relação a B não será mais *a* para *b*, uma vez que são trocados equivalentes. Isto sem qualquer alteração da magnitude do valor de A. Em termos proporcionais, uma elevação do valor de B reduz a quantidade de mercadorias B que podem ser trocadas por A, isto é, reduz-se o valor de troca de A. Ocorre o inverso quando o valor de B cai.

Por outro lado, alterações na magnitude do valor de A nem sempre são expressadas por alterações no seu valor de troca. Para que isto ocorra basta que o valor da mercadoria B suba (caia) na mesma proporção que o de A, de forma que a relação de troca (o valor de troca) entre as duas fique inalterada. O fato da forma do valor não expressar adequadamente as modificações da magnitude desse valor só comprovam a insuficiência da primeira no entendimento dos fenômenos econômicos. Questionar a existência do valor só porque a sua forma é incapaz de expressá-lo adequadamente equivale a questionar a existência de fenômenos só porque não conseguimos enxergá-los, ou seja, questionar a existência da essência por causa das limitações explicativas da aparência.

Essa descoberta do valor, como algo intrínseco (próprio) à mercadoria, por trás da aparência do seu valor de troca, permite redefinir a mercadoria. Se antes ela era uma

unidade entre o valor de uso e o valor de troca, agora ela fica melhor definida como uma unidade entre o valor e o valor de uso, que se *manifesta* como unidade entre o valor de troca e o valor de uso. Mais do que isso, trata-se de uma unidade de contrários. Valor e valor de uso formam uma contradição na unidade mercadoria. É uma unidade pois, para se definir enquanto tal, a mercadoria deve satisfazer necessidades - ser um valor de uso - e, *ao mesmo tempo*, ser capaz de trocar-se por outras - ser um valor. Essas duas categorias formam uma contradição já que uma mesma mercadoria ora se apresenta como valor, ora como valor de uso, nunca como os dois *ao mesmo tempo*. Quando um produtor leva a sua mercadoria para a troca, ela se encontra nessa situação enquanto um valor e um não-valor de uso, para o seu produtor. Nesse momento, este último está negando (alienando) o valor de uso de sua mercadoria, com o objetivo de apropriar-se de um outro, distinto daquele que produziu. Se essa mercadoria fosse reconhecida por ele como um valor de uso, ele não a trocava, visto que estaria interessado em suas propriedades materiais úteis, e não na sua capacidade de ser trocada. Nessa situação, a mercadoria seria um valor de uso e um não-valor, *ao mesmo tempo*.

Embora essa contradição na unidade seja bastante conhecida pelos leitores do primeiro capítulo do livro 1 de *O Capital*, o seu resgate neste trabalho cumpre dois papéis. Inicialmente, serve para lembrar que a contradição entre o *valor* e o valor de uso, inerente à unidade mercadoria, não pode ser confundida com sua forma de manifestação, com sua aparência, de unidade entre *valor de troca* e valor de uso, como parece ser o caso de alguns respeitáveis comentadores ⁴. Além disso, o desenvolvimento dessa contradição levará a outros conceitos, mais adiante, que ilustrarão o objetivo deste trabalho.

Por enquanto deve-se salientar que Marx não chegou a este resultado através de uma manipulação ou de uma abstração puramente idealista, do que é geralmente

⁴Teixeira (1995, páginas 65; 80; 84; 95; 96; 204 e 268). Até autores da envergadura de Shaikh parecem “escorregar” quando afirmam que “*una mercancía es, por lo tanto, una dupla de características opuestas: una multiplicidad de propiedades concretas útiles (valores de uso), por una parte, y una sencilla magnitud de valor cuantitativo homogéneo (valor de cambio), por la otra.*”(Shaikh, 1991, p.72). Percalços de tradução ou não, o fato é que o próprio Shaikh a referendou.

acusado. Becker (1972, p.81) afirma, por exemplo, que “*por lo tanto - a diferencia de Smith y Ricardo - prescinde (Marx - MDC) totalmente de la situación real del mercado.*” (o destaque é original). Isto revela uma total incompreensão dos caminhos seguidos por Marx. Quando este se deparou com a dificuldade de continuar sua investigação, ao constatar o caráter relativo e casual do valor de troca, o que propôs? Abstrair por vontade própria, de forma idealista, as características do concreto para chegar ao conceito de valor? Simplesmente manipulou os termos para tanto? Não. Desafortunadamente para este tipo de críticos, sua proposta foi mais reconhecedora da importância do empírico do que eles poderiam esperar. Ele optou, até porque não há alternativa, por observar o concreto, o valor de troca. É verdade que não foi uma observação meramente contemplativa mas, decididamente não se pode acusá-lo de prescindir totalmente da situação de mercado⁵.

3. A substância do valor e o papel do valor de uso

Quanto à descoberta do valor por trás de sua aparência, o valor de troca, parece satisfatório. Mas e quanto ao valor de uso? Não foi dito que a única alternativa para a investigação era a observação dos dois aspectos da mercadoria? Não se pode fazer isto com o valor de troca e simplesmente rejeitar o valor de uso, ou pelo menos não sem um bom motivo.

Ao descobrir o valor como aquilo que regula a troca em uma economia mercantil, Marx passou a se indagar sobre a substância do valor, sobre o seu fundamento. Neste ponto, os adeptos da teoria subjetiva do valor defendem que a utilidade que o indivíduo reconhece no bem é o que define o seu valor. Para escapar da

⁵Semelhante crítica também foi proferida por Torres (1979, p.50): “De momento, no entanto, convém insistir em que esse encaminhamento constitui uma espécie de fuga, como se a investigação só pudesse progredir à condição de rejeitar o mundo das trocas reais, um pouco como a pomba de Kant que acreditava poder se sair ainda melhor no vazio”. Torres parece criticar Marx por este rejeitar a aparência como a única fonte de qualquer explicação teórica! Será que esse autor acredita na contemplação dos fenômenos aparentes como única forma de conhecimento científico?

necessidade de definir uma medida dessa utilidade, eles estabeleceram, através da lei da utilidade marginal decrescente, uma gradação dessa utilidade, de forma que, ao consumir uma nova unidade de um bem, a sua utilidade fosse menor do que a da unidade consumida anteriormente. Assim, como o consumidor é soberano, ele só aceita consumir (demandar) mais de um bem por um preço menor⁶. Logo, rejeitar a importância da utilidade (valor de uso) e, particularmente, não entendê-la como a reguladora das trocas, seria rejeitar toda a teoria subjetiva do valor, hoje hegemônica na ciência econômica. É bem verdade que Marx não era mais vivo quando essa hegemonia se definiu, mas é preciso entender o porquê ele não concebia - e nem poderia - o valor de uso como substância do valor.

Na concepção de Marx, o homem possui apenas duas formas de obter riqueza, qualquer que seja o tipo de sociedade. Ele pode encontrá-la já pronta na natureza, ou então produzi-la. Não existe outra maneira. Logo, o fundamento da riqueza e, portanto, de qualquer forma histórica que ela assuma, o que inclui a mercadoria, só pode ser o ato de sua produção, o trabalho que o homem exerce para produzi-la⁷. Como decorrência, se o trabalho é a fonte de obtenção de riqueza, inclusive a mercantil, ele é o responsável pelas duas características da mercadoria, ou melhor, ele deve possuir propriedades que são responsáveis pelo duplo caráter da mercadoria.

Por ser um trabalho específico, distinto de outros, uma atividade produtiva adequada a um fim (produto) específico é um trabalho útil. Esse lado material do trabalho mercantil foi definido como trabalho concreto, e é ele o responsável pelo fato da mercadoria ser um valor de uso específico. Retomando o clássico exemplo de Marx,

⁶O estabelecimento de um preço de mercado se completa com uma curva de oferta, que relaciona preços mais altos com uma quantidade maior do bem, dado o custo marginal mais elevado para sua produção. Para uma boa apresentação desse tipo de pensamento veja-se Marshall (1985, livro 5), Jevons (1983, caps. 2 a 4) e Menger (1983, caps. 2 a 5).

⁷Não se pode considerar a mera extração da natureza como a principal fonte de riqueza, principalmente depois de todo o desenvolvimento das forças produtivas alavancado pelo modo de produção capitalista. Além do mais, o simples ato de extração de um produto de sua fonte natural já envolve uma carga considerável de trabalho.

o trabalho concreto de alfaiataria produz o valor de uso específico casaco; o trabalho concreto de tecelagem produz o valor de uso específico linho, e assim por diante.

Será que isso resolve a questão? O trabalho pode continuar sendo o fundamento da riqueza e, mesmo assim, imputar-se ao valor de uso o papel de regulador das trocas?

Inicialmente, é preciso deixar claro que, apesar de Marx reconhecer que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.”(Marx,1988, vol.I, p.45), o seu conceito de valor de uso é distinto da noção moderna de utilidade. Para esta, a valoração do bem é consequência da relação subjetiva do homem com o produto, independentemente da forma como ele foi produzido. Supõe-se a existência do bem e, a partir daí, o homem atribui-lhe mais ou menos valor dependendo de sua saciedade. Em Marx, a situação é completamente diferente. A satisfação das necessidades por um valor de uso qualquer só é possível graças às propriedades materiais deste. Essas propriedades não são obras divinas, mas resultado de um processo de trabalho (humano) que lhe conferiu essa materialidade. O trabalho concreto produz o valor de uso e, portanto, é anterior a qualquer relação subjetiva que se queira observar entre consumidor e produto⁸. Assim, mesmo que se desejasse atribuir ao valor de uso a substância do valor, isto acarretaria na desconsideração da precedência do trabalho.

Não é só por isso que Marx não poderia considerar o valor de uso a substância do valor. Como se pretende explicar o fundamento de uma relação de troca, isto é, a forma de sociabilidade que define uma economia mercantil, historicamente determinada, não se pode tomar como elemento explicativo uma categoria genérica e comum a todas as formações sociais. Afinal, “...*el valor de uso no da a la mercancía ningún carácter particular. Los objetos de consumo humano em todas las épocas y bajo*

⁸ “*Pero los hombres no comienzan, ni mucho menos por ‘hallarse en esta relación* (satisfação de necessidades - MDC) *con las cosas del mundo exterior’. Comienzan, como todos los animales, comiendo, bebiendo, etc., es decir, no ‘estando’ en una relación, sino comportándose activamente, apoderándose de hecho de ciertas cosas del mundo exterior y satisfaciendo con ello sus necesidades (comienzo, pues, por la producción).*”(Marx, 1987b, p.410 – destaques originais).

cualquier forma de sociedad poseen de igual manera valor de uso.”(Romo, 1988, p.62). Fazer isso seria identificar a forma mercantil de sociabilidade econômica com todo e qualquer tipo de divisão do trabalho. Em suma, estar-se-ia retirando da economia mercantil todas suas determinações históricas, ou melhor, tratar-se-ia a primeira como supra-histórica, sem gênese e eterna.

Além disso, o valor de uso não pode ser determinante da troca pois ele se apresenta em distinção nas mercadorias envolvidas na troca ⁹. Como valores de uso as mercadorias se distinguem apenas qualitativamente. Na troca, a substância comum (o valor) tem que torná-las qualitativamente iguais. Isto nos leva ao segundo aspecto do trabalho mercantil.

Quando duas mercadorias se encontram na troca, elas são trocadas por valores iguais. Em outras palavras, não é o fato de se tratar de valores de uso distintos ¹⁰, mas de serem igualadas no mercado, por intermédio de seus valores, o que caracteriza a troca. Assim, os diversos trabalhos concretos, que produzem valores de uso distintos são igualados no mercado; as suas especificidades são abstraídas na troca. Como diz Marx, à abstração do caráter útil dos produtos do trabalho concreto corresponde a abstração deste último, reduzindo todas as suas formas a uma única coisa, o trabalho abstrato ¹¹. Esta propriedade do trabalho mercantil é o que confere valor às mercadorias ¹².

⁹Rolland (1981) chama atenção para isso em um trabalho que tem o grande mérito de recuperar a discussão sobre o valor de uso em Marx. Alguns pontos, entretanto, são obscurecidos por uma forte e nítida influência althusseriana.

¹⁰até porque se fossem iguais, a troca não faria sentido.

¹¹Note-se que a abstração das especificidades do trabalho não é ideal, mas fruto da igualação concreta dos valores das mercadorias pelo próprio mercado. Sobre isso, consultar Rubin (1987, cap. 14).

¹²Mas, se o trabalho abstrato confere valor às mercadorias que serão trocadas em seguida, como é possível que a abstração que o define seja feita pela troca? De fato, em um tipo de sociedade em que o produto é produzido para uso direto e, eventualmente, o excedente é trocado, os valores de uso só se convertem em mercadorias no ato da troca e, portanto, o trabalho só é abstraído na troca. Já no caso da economia mercantil, o processo de trabalho (valor de uso) existe apenas enquanto suporte do processo de formação de valor. Assim, “este valor de uso es una mercancía desde su concepción y el trabajo es a la vez concreto y

Assim, o trabalho mercantil é uma unidade entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Logo, a mercadoria, por ser produto do trabalho humano, é um valor de uso por ser produto de um trabalho material específico e um valor por ser fruto de um trabalho humano indistinto, genérico, abstrato. Portanto, a substância do valor para Marx não é, e nem poderia ser, o valor de uso.

Ao tratar das determinações sociais e históricas do produto do trabalho humano (valor), em “detrimento” das universais (valor de uso), Marx estaria reduzindo por completo o papel do valor de uso na análise das relações mercantis-capitalistas de produção?

Parece que exatamente essa é a conclusão que deve ser tirada da análise feita anteriormente. Vários estudos marxistas também chegam a essa conclusão.

Ao constatar que a mercadoria, enquanto um valor de uso, é objeto de estudo das ciências naturais e, enquanto valor, objeto de um ciência social, Hilferding afirma:

“Por lo tanto es objeto de la economía el aspecto social de la mercancía, del bien, en la medida en que es símbolo de la vinculación social, mientras que su aspecto natural, el valor de uso se encuentra más allá del círculo de observaciones de la economía política.”(Hilferding, Rudolf. “Böhm-Bawerks Marx-Kritik”, Marx-Studien, 1904, p.9, citado em Rosdolsky, 1978, p.101-102).

Sweezy, de forma mais veemente, observa que

“El valor de uso no da a una mercancía ningún carácter peculiar. Los objetos de consumo humano en todas las épocas y bajo cualquier forma de sociedad poseen igualmente valor de uso. El valor de uso expresa cierta relación entre el consumidor y el objeto consumido. La economía política, por otra parte, es una ciencia social de las relaciones entre las gentes ... Marx, excluía el valor de uso - o como ahora se le llamaría, la ‘utilidad’ - de la esfera de investigación de la economía política, en

abstracto desde el comienzo. El trabajo involucrado en la producción de mercancías produce valor, mientras el intercambio solamente lo realiza en su forma-dinero.”(Shaikh, 1991, p.74).

virtud de que no da cuerpo directamente a una relación social.”(Sweezy, 1987, p.35-36)¹³.

Essas afirmações e a argumentação precedente permitem determinar, assim como o faz Romo (1988, p.62) que: “... *se sigue de aquí que el valor de uso como tal queda fuera del campo de la investigación de la economía política*”.

Poder-se-ia argumentar que o pensamento marxista nem sempre espelha fielmente os escritos de Marx. Mas, neste caso, o próprio Marx decreta: O valor de uso em sua indiferença frente à determinação econômica formal, isto é, valor de uso em si mesmo, fica além do campo de investigação da Economia Política. Apenas entre em seu círculo quando é determinação formal.”(Marx, 1982, p.32).

Portanto, a categoria valor de uso parece não ter importância alguma na tradição marxista, a não ser quando subordinada à forma histórica valor. Na concepção hegemônica da ciência econômica, o valor só pode ser concebido porque o indivíduo reconhece no bem uma utilidade, um valor de uso. Ao contrário, no pensamento marxista, este último parece ter importância apenas quando subordinado ao valor.

4. A importância do valor de uso formal

A quase que irrelevância do valor de uso na economia política marxista, aceita por muitos¹⁴, é um equívoco. A categoria valor de uso, embora em sua determinação formal, é decisiva na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista.

¹³Sweezy parece relativizar quando diz que “*esto no significa que el valor de uso no deba jugar ningún papel en la economía política. Por el contrario, así como la tierra, aunque no una categoría económica en si misma, es esencial para la producción, el valor de uso es un prerequisite del consumo y ... no está de ningún modo excluido por Marx de la cadena causal de los fenómenos económicos.*”(Sweezy, 1987, p.36). Apesar de contemporizar, o valor de uso, para Sweezy, continua sem ser uma categoria econômica, não passando de um pré-requisito para o consumo, subordinado ao valor.

¹⁴No início do seu estudo sobre os Grundrisse, publicado inicialmente em 1968, Rosdolsky já alertava que “*...precisamente entre los economistas de la escuela marxista se ha vuelto tradición prescindir del valor de uso en la economía, de relegarlo al ámbito de la ‘merceología’.*”(Rosdolsky, 1978, p.101). Parece que a advertência continua válida.

O que significa mais precisamente, no trecho de Marx citado anteriormente, a expressão *determinação formal*? Será que referenda as concepções marxistas, segundo as quais o valor de uso só importa enquanto *subordinado* ao valor? Não parece ser esta a visão de Marx. Naquele trecho, ele afirma que o valor de uso em si, enquanto produto ou bem abstraído de suas determinações históricas, não joga nenhum papel na economia política. A significação econômica do valor de uso só aparece na sua relação com as condições sociais de produção, tanto quando é influenciado por estas, como quando influi nessas condições. Portanto, o valor de uso formal, por assim chamá-lo quando não se apresenta unicamente em suas propriedades materiais, não pode ser tratado apenas como elemento subordinado, assim como o fazem os defensores da tese da irrelevância do valor de uso. Afortunadamente, Marx deixa clara sua visão nos *Grundrisse*: “*Por consiguiente esta sustancia (valor de uso - MDC) aparece en primer término como mero supuesto, al margen de toda consideración de la economía política, y sólo ingresa a la esfera de esa consideración cuando las relaciones formales la modifican o al presentarse como modificadora de éstas.*” (Marx, 1987a, V. 2, p.425 - o destaque não é original).

Tratemos pois do valor de uso formal e sua importância para a teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista¹⁵.

Pelo fato do trabalho mercantil ser trabalho concreto, produtor de valor de uso, e trabalho abstrato, produtor de valor, o processo de produção mercantil se desdobra em um processo de trabalho e um processo de formação de valor. No caso de uma economia mercantil-capitalista, esse último se transforma em um processo de valorização, pois se caracteriza pela produção de um valor excedente.

O processo de trabalho consiste na atividade concreta que o homem exerce orientada para um fim específico, para a produção de um determinado produto. Para

¹⁵Rosdolsky (1978, p.111-118) analisa a importância do valor de uso no que diz respeito aos conceitos de equivalente geral, mercadoria força de trabalho, capital fixo e circulante, renda da terra e taxa de lucro, além de ressaltá-la na reprodução do capital social. Além de acrescentar alguns pontos, permitimo-nos reorganizar os dois primeiros de Rosdolsky, a fim de ilustrar a noção de mercadoria especial, desenvolvida mais adiante.

tanto, ele procura transformar o objeto de trabalho, utilizando instrumentos que lhe facilitam a atividade, chamados de meios de trabalho. Do ponto de vista do resultado, tanto meio como objeto de trabalho são considerados meios de produção. O processo de trabalho é, portanto, a efetivação (objetivação) do trabalho concreto e, conseqüentemente, tem como fim a produção de valores de uso.

Por outro lado, o processo de valorização diz respeito à criação de valor, ao trabalho abstrato. Como o valor de uso é um suporte material para o valor, o processo de trabalho é um meio para o de valorização. Pode-se dizer que a lógica do processo de trabalho se submete à do processo de valorização. Assim, as leis da acumulação de capital influem na evolução do processo de trabalho. O objetivo primordial é o ganho crescente de produtividade ¹⁶. Quanto maior seja a proporção entre os meios de produção e a força de trabalho empregada ¹⁷, maior a produtividade desta última, já que conseguirá operar e transformar uma maior quantidade de meios e objeto de trabalho. O aumento da produtividade, por sua vez, implica na redução do tempo de trabalho para produzir uma mercadoria e, por conseguinte, do valor desta. Isto leva a uma maior competitividade do capital que conseguir implementar essa modificação no seu processo de trabalho, pois a mercadoria não é vendida pelo seu valor individual, mas pelo de mercado, ou seja, pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário para produzi-la. Como esse capital conseguiu reduzir o valor individual de sua mercadoria, poderá apropriar-se de um valor extra. Além disso, se o aumento de produtividade acontecer nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, este último cairá, levando ao aumento da taxa de mais-valia, o que possibilita uma maior acumulação do capital.

Assim, o lado material da produção influi de forma crucial na valorização do capital. Marx não teria gasto tantas páginas do livro I de *O Capital* com o processo de

¹⁶Não pode ser desconsiderado o aumento da intensidade do trabalho, que potencializa a capacidade de produção de valor por parte do trabalhador, o que equivale a um aumento da mais-valia absoluta. Isto só reforça o nosso argumento da importância do lado material da produção, portanto do valor de uso.

trabalho se não visse importância alguma no valor de uso, no lado material da mercadoria e do processo de produção, para a sua explicação sobre o funcionamento da economia capitalista.

O valor de uso também tem influência na duração do tempo de produção e do tempo de circulação do capital. As mercadorias, por sua própria natureza, são perecíveis. Se elas não forem compradas - vendidas, nem tampouco utilizadas no processo produtivo, elas estragam e perdem a capacidade de serem portadoras de valor, na medida em que perdem seu valor de uso. Esse prazo de deterioração é variável conforme o tipo de mercadoria, de valor de uso, que se observe. O fato é que isso influi no tempo que o valor-capital demora para completar os processos de produção e circulação.

O perecimento das mercadorias é apenas um exemplo das formas como o valor de uso pode influir na rotação do capital. Um outro diz respeito à diferença entre os elementos fixo e circulante do capital. O capital fixo se caracteriza por ceder o seu valor ao produto final ao longo de vários processos de produção, enquanto o capital circulante entre, por completo, na formação do valor em apenas um período de produção. O capital fixo é repostado materialmente descontinuamente de tempos em tempos, já o capital circulante deve sê-lo a cada processo produtivo. Isto faz com que o tempo de rotação do capital fixo seja superior ao do capital circulante. Estas diferenças entre os elementos do capital não são fortuitas¹⁸. A durabilidade relativa entre eles se apresenta como diferença qualitativa e determinante na rotação do capital. Em outras palavras, as diferenças entre

¹⁷Por ser de importância decisiva na teoria de Marx, a mercadoria força de trabalho será melhor analisada adiante, dentro do que se chamou de mercadorias especiais.

¹⁸A total incompreensão dos conceitos de Marx também se faz presente no tocante aos elementos do capital. Não são poucos os autores que confundem a diferenciação entre o capital constante e o variável com a distinção entre o capital fixo e o circulante. Braudel (1996, p.210) é um deles. Enquanto no livro I de *O Capital*, Marx estava preocupado com a formação do valor e, portanto, era esse o critério para diferenciar capital constante (que transfere o seu valor) de variável (que gera valor), no livro II esse valor já fora produzido, restando investigar como ele circulava; essa diferença no modo de circulação, na rotação, é um outro critério para distinguir os mesmos elementos do capital (máquinas, equipamentos, matérias-primas, força de trabalho, etc.), observando-os como capital fixo ou circulante.

os valores de uso que compõem os elementos do capital alteram a rotação deste. Novamente, o valor de uso influi nas relações formais da economia capitalista.

Depois de estudar a rotação do capital, Marx se propõe a investigar a reprodução do capital social total. Enquanto na produção não importava o valor de uso que serviria de substrato material para o valor, na reprodução faz diferença. Agora não interessa apenas a substituição (recomposição) do capital enquanto valor, mas também de sua recomposição material em valor de uso. Afinal, para que um novo período de produção seja iniciado, o capital necessita novamente de meios de produção e força de trabalho no mesmo montante, em se tratando da reprodução simples, ou em maior número, no caso da reprodução ampliada. A força de trabalho pode até ser conseguida no exército industrial de reserva, mas os meios de produção devem ser produzidos no montante necessário, tanto em termos de valor, como de unidades e requisitos tecnológicos para a nova produção. Além do que, meios de subsistência devem ser produzidos em maior quantidade para atender a demanda acrescida pelos novos trabalhadores, no caso da reprodução ampliada.

Assim, no estudo da reprodução do valor-capital, este interessa enquanto unidade entre valor e valor de uso. Aliás, aliado ao fato de que se trata de um estudo dos capitais individuais como componentes do capital social total, é por isso que Marx afirma ser o ciclo do capital-mercadoria o mais adequado para esse estudo ¹⁹.

No que se refere ao livro III, o valor de uso também tem importância em temas como a renda da terra e a taxa de lucro, como ressalta Rosdolsky (1978, p.116-118). Entretanto, em sua teoria do modo de produção capitalista, Marx define o que se pode chamar de três mercadorias especiais, o equivalente geral (dinheiro), a força de trabalho e a mercadoria-capital. A especialidade dessas mercadorias não reside nem em seus valores de uso materiais nem em seus valores, *mas em seus valores de uso formais*, isto é, em utilidades que elas assumem em suas relações formais com a economia mercantil-

¹⁹Essa adequação torna-se mais interessante quando se recorda que as definições de reprodução, simples e ampliada, e de acumulação, dadas no livro I, foram apresentadas novamente no livro II dentro do estudo do ciclo do capital-produtivo, e não no do ciclo do capital-mercadoria.

capitalista. É neste ponto que, em nossa opinião, reside a principal importância do valor de uso para o pensamento de Marx.

5. Mercadorias especiais: equivalente geral (dinheiro), força de trabalho e mercadoria capital

Após descobrir por trás do valor de troca o valor, Marx volta a analisar o desenvolvimento dessa forma do valor, só que agora já entendendo-a como a forma de manifestação do valor.

Quando as relações mercantis não são muito desenvolvidas e, portanto, as mercadorias são encaminhadas esporadicamente para a troca, define-se o que Marx chamou de forma simples do valor. Nessa forma, uma mercadoria A qualquer pode se encontrar com outra mercadoria B em uma troca representada, como anteriormente, por

$$a \text{ unidades de A} = b \text{ unidades de B}$$

Nessa troca, representa-se o valor de a unidades de A pela equivalência com B em b unidades. A mercadoria A não pode expressar o seu valor por si mesma; afinal, a sua forma de expressão é relativa. Ela o faz através de B, ou seja, através de um outro conteúdo material. A análise dessa forma permite várias conclusões interessantes, mas nos interessa aqui apenas uma delas. Afirmar que o valor da mercadoria A só consegue se expressar pela sua igualação com um outro valor de uso é constatar a contradição entre o valor e o valor de uso de A, pois para que o primeiro possa expressar-se deve-se negar o segundo. Mais do que isso, a contradição que é interna (própria) à mercadoria agora se manifesta externamente. Tem-se o desenvolvimento dessa contradição entre o valor e o valor de uso de A. Isto ocorre porque a mercadoria A não só afirma o seu valor negando seu próprio valor de uso, mas também o faz igualando-se ao valor de uso de B, totalmente distinto do seu. Tudo se passa como se a mercadoria A dissesse que o seu valor é tão distinto do seu valor de uso que o primeiro se *igualava* a um *outro* valor de uso, no caso B.

Com o desenvolvimento das trocas, a mercadoria A passa a ser trocada não apenas por B, mas também por C, D e assim por diante. Isto nos permite reescrever que:

$$\begin{array}{l} a \text{ unidades de A} = b \text{ unidades de B} \\ \phantom{a \text{ unidades de A}} c \text{ unidades de C} \\ \phantom{a \text{ unidades de A}} d \text{ unidades de D} \end{array}$$

A essa possibilidade de A ser trocada por várias outras mercadorias, Marx chamou de forma total do valor. Nela, a contradição entre valor e valor de uso também está presente, pois o valor de A continua negando o seu valor de uso ao se expressar. No entanto, ela está ainda mais desenvolvida do que na forma simples. Na forma total, o valor da mercadoria se apresenta como contrário ao seu valor de uso não só igualando-se a um outro valor de uso, como na forma simples, mas a *todos* os outros valores de uso (B, C, D, etc.). A contradição aumentou sua intensidade, desenvolveu-se.

Da mesma maneira que o produtor de A pode trocar sua mercadoria por todas as outras, os produtores destas podem trocá-las por A. Assim, tem-se que

$$\begin{array}{l} b \text{ unidades de B} = a \text{ unidades de A} \\ c \text{ unidades de C} = a \text{ unidades de A} \\ d \text{ unidades de D} = a \text{ unidades de A} \end{array}$$

Isso define a forma geral do valor. Todas as mercadorias expressam seus valores, de uma forma relativa, em uma única, que cumpre o papel de equivalente, que representa a equivalência entre os valores, a forma equivalente geral do valor. A mercadoria A é desejada (comprada) não mais pelo seu conteúdo material, pelo seu valor de uso específico, mas pelo fato de ser a representante de todos os outros valores. Afinal, um produtor da mercadoria B, para comprar a mercadoria C, não necessita mais que o produtor de C deseje B. Basta que ele troque B pelo equivalente geral A e, com este, compre C. O equivalente geral é aceito por todos os outros produtores não por suas propriedades materiais específicas, mas por servir de representante dos valores. O valor de uso de A, desejado (demandado) pelos produtores das outras mercadorias não é o que provém do trabalho concreto para produzi-la, mas o que lhe foi outorgado pelo desenvolvimento da sociedade mercantil, das trocas, das formas do valor. Assim, o

valor de uso de A que a torna *especial*, enquanto equivalente geral, não é o específico mas o *formal*.

A forma dinheiro observada por Marx define-se quando uma mercadoria específica (o ouro, na época deste autor) assume o papel de equivalente geral. Assim, a especificidade que faz do dinheiro uma mercadoria especial é análoga à da forma equivalente geral. O valor de uso *formal* do dinheiro (equivalente geral) de ser representante dos valores é o que o torna uma mercadoria especial. É importante salientar que, em primeiro lugar, o equivalente geral (dinheiro) só pode cumprir esse papel por ser ele também uma *mercadoria*. Ele só pode representar valores por ser ele um valor; até porque o valor só pode se manifestar através do valor de troca, isto é, na relação entre dois valores ²⁰. Em segundo lugar, a origem (gênese) do conceito de dinheiro se dá pelo desenvolvimento das formas do valor; mais especificamente, pelo desenvolvimento da contradição entre o valor e o valor de uso. de fato, na forma equivalente geral (dinheiro), os valores distinguem-se não só de seus próprios valores de uso, como também de qualquer outro, uma vez que o equivalente geral se apresenta apenas como representante do valor ²¹. Os valores das mercadorias continuam se expressando em um valor de uso distinto dos seus, só que este não é mais específico, mas um valor de uso formal de representar os valores. De maneira geral, pode-se dizer que o valor encontrou uma mercadoria especial (dinheiro) que é aceita - tem um valor de uso - por ser o representante dos valores.

Quando Marx constata que a mais-valia, ou o capital ²², não pode originar-se da circulação e tampouco pode não se originar da circulação, é que se depara com outra

²⁰Não faz sentido portanto a crítica de Becker (1972, p.89) que aponta uma contradição na concepção de Marx sobre o dinheiro quando afirma que “...*lo que es una parte de lo valorado no puede ser, al mismo tiempo medida de la valoración.*” O dinheiro só é medida (representante é uma palavra mais adequada) do valor justamente por ser uma mercadoria e, portanto, parte do que Becker chamou de valorado.

²¹ Como observou Coutinho (1997, p.70), “ao ser desdobrado como valor, a partir da antítese valor de uso / valor contida na mercadoria, o dinheiro aparecerá como substantivação do valor de troca; enfim, como desenvolvimento da relação social básica contida na mercadoria.”

²² A circulação mercantil-capitalista só se define quando a mais-valia passa a ser produzida e apropriada pelo capital. Como dizem Shaikh & Tonak (1994, p.29), “*all types of production*

mercadoria especial. O capital não pode originar-se da circulação porque, se equivalentes são trocados, é impossível iniciar a circulação com um montante de valor e terminá-la com esse valor acrescido da mais-valia e, se as mercadorias não forem trocadas pelos seus valores, essa situação só define uma maior apropriação por parte de uns e, por conseguinte, uma menor por parte de outros. No final das contas, é o mesmo valor que circula. Por outro lado, o capital deve passar obrigatoriamente pela circulação (compra e venda) para que possa apropriar-se de uma mais-valia.

A questão toda é: como é possível manter a troca de equivalentes como norma, isto é, que o capital compra as mercadorias por seus valores, vende por seus valores e, mesmo assim, consegue no final mais valor do que lançou?

Essa modificação de valor não pode ocorrer na própria forma dinheiro, pois ela apenas representa um valor já produzido. Se a circulação do capital se define por $D - M - D'$, com $D' > D$, essa modificação só pode ocorrer na forma M , mas não com seu valor, pois são trocados equivalentes, mas com seu valor de uso. Em outras palavras, o capital precisa encontrar no mercado uma mercadoria cujo consumo seja gerador de valor. Assim, o capital pode comprar mercadorias por seus valores e, ao vender, conseguir um mais-valor.

Obviamente, trata-se de uma mercadoria especial. É a mercadoria força de trabalho. Marx a define como um conjunto de faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade (personalidade) de um homem, posto em movimento sempre que produz valores de uso. Como toda mercadoria, ela possui um valor definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Diferentemente das outras mercadorias, a produção da força de trabalho pressupõe a existência do indivíduo (homem), e ele necessita para sua manutenção/reprodução de meios de subsistência que

create use values. Insofar as production is organized for direct use, as in household community production, it produces use values alone. On the other hand, insofar as it is organized for sale for revenue (income) ... it produces use values that are simultaneously values (materializations of abstract labor time). Finally, insofar as production is for sale for profit, it represents capitalist commodity production that produces not only use values but also surplus value.” (destaque original).

satisfaçam suas necessidades básicas²³. Logo, o valor da força de trabalho se altera de acordo com a mudança no valor dos meios de subsistência. A forma de manifestação desse valor, ou seu valor de troca, é o salário.

O que torna a mercadoria força de trabalho especial não é isso, mas o fato de que o seu valor de uso consiste na exteriorização dessa capacidade de trabalho, isto é, trabalho em si. O capital procura (demanda) no mercado uma mercadoria que lhe sirva - tenha um valor de uso - para acrescentar valor, e encontra a força de trabalho com um valor de uso próprio (formal) de objetivar trabalho. O consumo do seu valor de uso se dá, como em qualquer outra mercadoria, fora do mercado. O processo desse consumo é simultaneamente um processo de produção de mercadorias, enquanto unidades entre valor e valor de uso, e de mais-valia, de um valor excedente.

No que se refere à mercadoria força de trabalho pode-se afirmar três coisas. Em primeiro lugar, a mais-valia que define a economia mercantil-capitalista é decorrência da contradição entre o valor e o valor de uso que forma a mercadoria força de trabalho. Assim como nas outras mercadorias, o comprador (capital) demanda a força de trabalho objetivando apropriar-se do seu valor de uso, pagando por isso o seu valor²⁴. Por outro lado, o vendedor (trabalhador) aliena o valor de uso de sua mercadoria procurando apropriar-se do seu valor. Assim como antes, a mercadoria nega o seu valor de uso para afirmar seu valor.

A mais-valia como fruto da contradição valor-valor de uso na mercadoria força de trabalho nos leva ao segundo ponto. O capital não consegue apropriar-se de um excedente porque pague pela força de trabalho algo inferior ao seu valor. Ele paga este último e, mesmo assim, consegue apropriar-se da mais-valia. É este o grande desafio de

²³ A concepção de Marx sobre o valor da força de trabalho não tem nenhuma relação com a noção de salário-subsistência, presente em algumas interpretações. Quando Marx fala em subsistência, isso não se restringe a uma subsistência “física” mínima, mas inclui aspectos morais, por assim dizer.

²⁴ Isto não impede que, em determinadas situações de mercado, o salário esteja abaixo ou acima do valor da força de trabalho. Aqui também vale a afirmação de Marx de que o preço oscila em torno do valor.

uma teoria que explica a origem do excedente, assumindo a troca de equivalentes. Como visto, essa explicação torna-se no mínimo complicada até negando-se a troca de equivalentes. A total rejeição de Marx pela explicação da mais-valia através do “roubo” do trabalhador é clara quando ele afirma:

“...yo no presento nunca la ganancia del capitalista como una sustracción o un ‘robo’ cometidos contra el obrero. Por el contrario, considero al capitalista como un funcionario indispensable del régimen capitalista de producción ... y demuestro también por extenso que incluso en el cambio de mercancías se cambian solamente equivalentes y que el capitalista - siempre y cuando que pague al obrero el valor real de su fuerza de trabajo - tiene pleno derecho - dentro de este modo de producción - a apropiarse la plusvalía.” (Marx, 1987b, p.407).

Apropriar-se do valor de uso da força de trabalho e pagar o seu valor. É este o segredo da mais-valia. Como visto anteriormente, isto só tornar-se-ia possível para o capital se ele encontrasse uma mercadoria especial cujo valor de uso lhe permitisse apropriar-se de um mais-valor. Isto define o terceiro ponto a ressaltar na mercadoria força de trabalho. Trata-se de uma mercadoria especial por causa do seu valor de uso. Diferentemente de outras mercadorias, a força de trabalho não tem sua especificidade em alguma propriedade material que lhe permita satisfazer necessidades do homem. Pode-se dizer que essa propriedade é social e satisfaz a necessidade de uma determinada forma social, a economia-mercantil capitalista. Daí, dizer-se que o valor de uso formal da força de trabalho, sua capacidade de produzir valor, é o que a torna especial.

Em princípio pode-se pensar que os valores de uso formais do dinheiro e da força de trabalho possuem o mesmo status. De fato, eles definem as especialidades das mercadorias, porém o dinheiro serve como um representante geral dos valores na economia mercantil, inclusive a capitalista, e a força de trabalho é a mercadoria que ao ser consumida produtivamente gera a mais-valia. Em suma, o dinheiro tem o seu valor de uso ligado à forma mercantil, enquanto que a mercantilização da força de trabalho está ligada apenas à forma capitalista de produção de mercadorias.

Quando o dinheiro passa a ser uma das formas em que o conteúdo capital se apresenta dentro do seu processo de circulação, ele passa a servir como fonte de mais-

valia. Além do seu valor de uso de representar valores, o dinheiro passa a ter, enquanto forma do capital, um valor de uso adicional. Como afirma Marx, o dinheiro “...adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital produz.” (Marx, 1988, vol. IV, p.241). Nesse sentido, a transferência para a forma dinheiro do capital das propriedades de gerar um valor a mais faz surgir uma nova mercadoria. Ainda segundo Marx, “nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria”²⁵ (Marx, 1988, vol. IV, p.241).

A mercadoria-capital, assim como definida por Marx, é a terceira que consideramos como especial no modo de produção capitalista.

Essa autonomização da forma dinheiro do capital separa este último em capital-propriedade e capital-função. O primeiro define o capitalista prestamista que possui o dinheiro-capital mas não deseja consumir o seu valor de uso de funcionar como capital. Por outro lado, o segundo define o capitalista industrial que, embora deseje iniciar um processo de circulação do capital, não possui os meios necessários para tal iniciativa. Assim, o capitalista prestamista transfere ao capitalista industrial, sem receber nenhum equivalente imediato por isso, e este se encarrega de comprar os meios de produção e a força de trabalho necessários para o processo produtivo, além de procurar garantir a realização da produção. Com o resultado desta, ele pode pagar o empréstimo, acrescido dos juros, ao prestamista e, ainda assim, apropriar-se de um lucro (ganho empresarial).

Essa apresentação sintética do que Marx chamou de capital portador de juros pode deixar passar alguns pontos importantes. A transferência do capital do proprietário para o capitalista em função não expressa ato algum de compra nem de venda; ela não constitui etapa do real processo de circulação do capital, que só é realizado pelo

²⁵ Embora a forma por excelência da mercadoria-capital seja o dinheiro, Marx (1988, vol.IV, p.245) faz referência ao empréstimo de capital fixo como uma outra forma.

capitalista industrial. Ora, se não existe compra nem venda, isto é, intercâmbio de mercadorias equivalentes, tampouco existe transferência da propriedade da mercadoria. O que o prestamista aliena não é a propriedade de sua mercadoria - é justamente por isso que ele pode cobrar o juro posteriormente -, mas o dinheiro-capital, ou seja, o capital funcionando como produtor de mais-valia. A venda da mercadoria-capital assume a forma especial de empréstimo e o que o vendedor aliena é o seu valor de uso, ou melhor, a mercadoria-capital como valor de uso de produzir mais-valia. Esta característica é que torna a mercadoria-capital peculiar e especial.

Se é uma mercadoria, além do valor de uso formal (produzir excedente), deve possuir um valor e uma forma de expressão deste. De fato, as formas dinheiro e mercadoria possuem valores determinados pelos seus tempos de trabalho socialmente necessários para produção. Entretanto, o que se vende na mercadoria-capital não é sua forma mas sua capacidade de funcionar como capital, com a propriedade específica de produzir excedente. Vende-se uma função, uma capacidade, e não um tempo de trabalho específico. Pode-se dizer que a mercadoria-capital não tem um valor próprio, embora tenha a capacidade de acrescentar valor àquele presente nas suas formas. Por conseguinte, se o preço é a expressão em dinheiro do valor e, se este último não pode ser concebido, o preço torna-se uma categoria “irracional”. O capitalista industrial paga juros ao prestamista porque o que é pago não é o valor da mercadoria-capital, mas o direito à valorização do dinheiro-capital ²⁶. A determinação desse “preço” também segue os meandros da oferta e da procura, representadas pelo conjunto de proprietários do capital e de capitalistas em função respectivamente.

A mercadoria-capital, além de ser especial por causa de seu valor de uso formal de ser produtora de mais-valia, é peculiar. Sua peculiaridade reside na

²⁶ “Se se quiser chamar o juro de preço do capital monetário, então essa é uma forma irracional de preço, completamente em contradição com o conceito de preço da mercadoria. O preço se reduz aqui a sua forma puramente abstrata e sem conteúdo, ou seja, ele é determinada soma de dinheiro paga por qualquer coisa que, de uma maneira ou de outra, figura como valor de uso; enquanto, segundo seu conceito, o preço é igual ao valor expresso em dinheiro desse valor de uso.” (Marx, 1988, vol.IV, p.251-252).

incapacidade de definir-lhe um valor, como fora feito para as outras, já que o que é negociado é sua função e não sua propriedade.

6. Conclusão

O resgate da importância da categoria valor de uso que este trabalho se propôs a fazer não é, de forma alguma, conceder espaço para a abordagem tradicional da teoria subjetiva do valor. O valor de uso, em Marx, embora seja uma pré-condição, continua não regulando as trocas pelas razões expostas anteriormente. O que tal resgate procurou fazer foi mostrar que o valor de uso é fundamental para a teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista quando ele é modificado pelas relações formais da economia capitalista, ou ainda, quando ele modifica essa relações, ou seja, quando ele se torna uma determinação formal econômica, um valor de uso formal.

A especificidade do valor de uso formal nos permitiu definir as mercadorias especiais. Marx explicita isto quando diz ²⁷:

“...en el desarrollo de la forma de valor de la mercancía y en última instancia de su forma-dinero y, por lo tanto, del dinero, el valor de una mercancía se manifiesta en el valor de uso de otra ... la propia plusvalía se deriva del valor de uso de la fuerza de trabajo ... en mi obra el valor de uso desempeña un papel importante muy distinto del que desempeña en toda la economía anterior ...” (Marx, 1987b, p.417, destaques originais).

A única ressalva que nos atrevemos a fazer a Marx é que o crucial papel que o valor de uso joga em sua teoria não só é muito distinto da economia anterior, mas também de toda aquela que a sucedeu..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

²⁷Talvez pelo fato de não ter conseguido desenvolver plenamente os conceitos do livro III, Marx tenha esquecido de citar a importância da mercadoria-capital.

- BECKER, W. *La teoría marxista del valor*. Editorial Alfa, Barcelona, 1972.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVI*. Vol.2: os jogos das trocas. Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- COUTINHO, M. C. *Marx: notas sobre a teoria do capital*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.
- JEVONS, W.S. *A teoria da economia política*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia: tratado introdutório*. Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Siglo XXI, México, 1987a.
- MARX, K. Glosas marginales al “Tratado de Economía Política” de Adolph Wagner. In: Marx & Engels. *Escritos económicos menores*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987b.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- MENGER, C. *Princípios de economia política*. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- ROLLAND, M.M. *O valor de uso em Marx*. Texto para Discussão n. 083, UNB, out / 1981.
- ROMO, H. G. *Lecciones de economía marxista*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. Siglo XXI, México, 1978.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. Ed. Polis, São Paulo, 1987.
- SHAIKH, A. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. Tercer Mundo editores, Bogotá, 1991.
- SHAIKH, A. & TONAK, E.A. *Measuring the wealth of nations: the political economy of national accounts*. Cambridge University Press, 1994.
- SWEEZY, P.M. *Teoría del desarrollo capitalista*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987.
- TEIXEIRA, F.J.S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. Ed. Ensaio, São Paulo, 1995.
- TORRES, J.C.B. *Valor e forma do valor: um ensaio crítico sobre os fundamentos categoriais da economia política marxista*. Edições Símbolo, São Paulo, 1979.